



Três projetos buscam conter violência nas escolas

Propostas em tramitação no Senado combatem agressões e intimidação entre alunos (*bullying*) e sugerem criação de mecanismos federais de controle da violência nas escolas. **4**

Reação do Brasil à OEA foi ativa, diz Mozarildo **8**

Plenário pode votar MP do Trem-Bala amanhã

A medida provisória, já aprovada na Câmara, perde validade no próximo domingo. Ela autoriza o governo, via BNDES, a emprestar até R\$ 20 bilhões para viabilizar o projeto. **2**

Sarney defende revisão da Lei do Desarmamento



Presidente do Senado acredita que Congresso precisa aprovar normas mais rigorosas de controle de armas de fogo. Ele propõe a proibição total desse comércio

Tolerância zero em relação às armas. Esse foi o desafio lançado na sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney, ao defender revisão na Lei do Desarmamento e a proibição do comércio de armas de fogo no Brasil. Em 2005, um referendo popular à lei aprovada pelo Congresso reverteu a decisão de tornar ilegal a venda. Dois em cada três eleitores que participaram do referendo votaram contra a proibição do comércio de armas de fogo. **5**

Revólver é destruído no Rio de Janeiro: Lei do Desarmamento previa fim do comércio, mas referendo popular anulou decisão

Falta de rota de fuga chama a atenção de senadores em Angra **8**



Luiz de Paula/Senado Federal

Gurgacz cobra solução para endividamento do setor rural

Na abertura do ciclo de debates sobre agricultura organizado pela comissão, senador diz que última lei sobre o tema apenas rolou a dívida dos produtores. **3**

Acir Gurgacz, no centro da mesa, observa convidados da CRA durante debate sobre endividamento rural. Para senador, lei de 2008 apenas adiou solução do problema

Proposta que autoriza União a liberar até R\$ 20 bilhões ao BNDES para viabilizar projeto do trem de alta velocidade perde a sua validade no próximo domingo

Plenário tem até sexta para votar a MP do Trem-Bala

O SENADO DEVE votar amanhã a medida provisória que autorizou a União a oferecer garantia para financiamento de até R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao consórcio que construirá o trem-bala entre Campinas (SP) e Rio de Janeiro, passando pela capital paulista. O trem de alta velocidade (TAV) terá um percurso de 511 quilômetros.

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/11, a MP 511/10 tranca a pauta do Plenário e precisa ser votada até sexta-feira, já que o prazo de validade acaba no domingo. A União também poderá conceder subvenção econômica de R\$ 5 bilhões ao BNDES, em operações de financiamento ao projeto, por meio de dotações orçamentárias.

Nova empresa

A proposição cria a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (Etav), vinculada ao Ministério dos Transportes, para tornar mais ágil a implantação do serviço e promover o desenvolvimento do



Marta Suplicy foi indicada como relatora da MP no Senado

trem-bala de forma integrada com outros tipos de transportes. Caberá à empresa o planejamento e execução de projetos de transporte ferroviário de alta velocidade. A Etav fará, por exemplo, a desapropriação de bens necessária à construção do trem-bala, cabendo também a ela obter a licença ambiental do empreendimento.

A Etav será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com pelo menos 50% mais uma das

ações em poder da União, que integralizará o capital social e garantirá o capital inicial. Na prática, funcionará como uma empresa privada, tanto que contratará funcionários por concurso público, mas pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A empresa poderá contratar pessoal sem concurso por até 36 meses, contados da data da instalação da empresa.

A Etav está dispensada de licitação para que seja contratada por órgãos públicos. O relator da matéria na Câmara, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), rejeitou sete emendas apresentadas. No Senado, a matéria é relatada por Marta Suplicy (PT-SP).

A única mudança aprovada no Plenário da Câmara à MP original foi uma emenda determinando que o Executivo envie ao Congresso, semestralmente, um relatório informando o valor subvencionado pela União ao BNDES e as razões técnicas, econômicas e financeiras que levaram às diferenças entre projeções de receita e valores efetivamente obtidos nas operações do trem-bala.



De acordo com o projeto original, trem de alta velocidade ligará o Rio de Janeiro a Campinas, passando por São Paulo, em um percurso de 511 km

Relatório sobre reforma política será entregue na 4ª



Francisco Dornelles

O presidente do Senado, José Sarney, informou que receberá na quarta-feira, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), presidente da Comissão de Reforma Política, o relatório final com os 12 temas aprovados pela comissão. Sarney disse que, a partir da entrega do documento,

a própria comissão terá mais 30 dias para formular propostas sobre os assuntos examinados.

– Eu pretendo dar mais 30 dias para que eles formulem decisões por meio de projetos de lei ou de [propostas] de emendas constitucionais – assinalou. Sobre a possibilidade de as mudanças entrarem em vigor apenas em 2014, e não em 2012, ele disse que o “mais importante é que se caminhe, e não se fique parado nesse assunto”.

O senador explicou que, antes do Plenário, a proposta de reforma política será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após 45 dias de funcionamento, a Comissão de Reforma Política encerrou seus trabalhos na quinta-feira passada.

Congresso deve apressar as decisões sobre vetos

O Congresso deverá adotar nos próximos dias cronograma de votação dos vetos presidenciais. O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou que o presidente do Senado, José Sarney, está elaborando o cronograma.

Demóstenes Torres (DEM-GO) confirmou, durante a reunião da CCJ, que em encontro de líderes ficou decidida a negociação das datas de votação dos vetos entre Sarney e o presidente da Câmara, Marco Maia.

– Existem mais de mil vetos em que o presidente exara [registra sua posição oficialmente] e esta Casa e o Congresso não se manifestam – protestou Demóstenes.

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que “a Constituição está sendo violada há muito, porque o Poder Executivo veta e o Congresso não se manifesta sobre a derrubada do veto. Nós, do Legislativo, estamos abrindo mão das nossas prerrogativas constitucionais de controlar o Executivo”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) observou que vetos não examinados se acumulam no Legislativo desde 2003. Ele também disse considerar isso “um flagrante descumprimento do texto constitucional”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

CDH Dia Nacional do Sistema Braille

10h A Comissão de Direitos Humanos realiza audiência pública para comemorar o Dia Nacional do Sistema Braille. Entre os convidados, a ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Maria do Rosário.

CRE Egito e Líbia em debate

18h A Comissão de Relações Exteriores vai debater os rumos da política externa brasileira – 2011/2012. O embaixador Luiz Felipe Lampreia está entre os convidados para o primeiro painel, sobre Egito e Líbia.

Terça-feira

Subcomissão Cronograma de visitas ao Nordeste

9h Reunião da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, vinculada à CDR, para analisar, entre outros assuntos, o cronograma de visitas aos estados que compõem a Sudene.

CDH Lei Maria da Penha

10h Eleição de presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o biênio 2011/2012. Logo depois, a Comissão de Direitos Humanos debate a Lei Maria da Penha com três ministras.

CAE Descarte de pilhas e baterias

10h Na primeira parte da reunião, votação de requerimentos e arguição de autoridades. Em seguida, a Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que prevê o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.

Subcomissão Eleição da presidência

11h Instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia para o biênio 2011/2012.

CMA Cuidados com desastres naturais

11h30 A Comissão de Meio Ambiente decide sobre a realização de debate sobre políticas permanentes de enfrentamento de desastres naturais. Analisa ainda projeto relativo à proteção de cargas do transporte ferroviário.

CCJ Mudanças administrativas

14h A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, no âmbito da CCJ, ouve a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, sobre projeto de regulamento administrativo da Casa.

CI Viabilidade do trem-bala

14h Debate sobre a construção do trem de alta velocidade e sua viabilidade. A Comissão de Serviços de Infraestrutura ouve, entre outros, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Bernardo Figueiredo.

Subcomissão Estágio de obras para Copa

14h30 A Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, ligada à CMA, debate com o secretário da Casa Civil do GDF, Claudio Monteiro, as condições de infraestrutura e o andamento das obras.

CMO Definição da relatoria da LDO 2012

15h O colegiado de líderes na Comissão Mista de Orçamento se reúne para definição da relatoria do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quarta-feira

CCT/CDH Acesso à informação

9h As comissões de Ciência e Tecnologia e de Direitos Humanos realizam audiência sobre projeto (PLC 41/10) relativo a acesso à informação. Entre os participantes, Jorge Hage, ministro-chefe da Controladoria-Geral da União.

CDR Duas novas subcomissões

9h30 Reunião para formação da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Codesul e da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

CCJ Tramitação de medidas provisórias

10h O primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é o projeto que altera a tramitação das medidas provisórias.

CMMC Eleição dos cargos de direção

14h30 Instalação e eleição do presidente, do vice-presidente e do relator da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

Quinta-feira

CI Recondição de diretor da Anac

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina a recondição de Claudio Passos Simão a cargo de diretor da Anac.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Gilson Bittencourt (E), Rosemeire Cristina, Evandro Ninalt, Acir Gurgacz, José Carlos Vaz, José Andrade Costa, José Alves Bezerra e João Guadagnin discutem endividamento rural na CRA

Rolleberg elogia regularização de terras no DF

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comemorou a iniciativa do governo do Distrito Federal de regularizar as terras dos produtores rurais, fornecendo o título que lhes garante o direito real de uso com opção de compra.

– A regularização fundiária vai garantir segurança jurídica, acesso ao crédito, mais produção, mais produtividade, mais emprego, mais qualidade de vida – afirmou. A maioria dos produtores não vinha tendo acesso ao Fundo do Centro-Oeste (FCO) devido à falta de titulação das terras.

Conforme informações do governo do DF, a Terracap deverá liberar os cem primeiros títulos mediante o cumprimento das exigências de moradia de cinco anos no local, terras tituladas ao preço da terra nua e perda do título caso haja mudança na destinação do uso.

Rolleberg salientou que, na Câmara, apresentou emenda à proposta que previa a titulação de direito real de uso. O projeto foi sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e transformado na Lei 12.024/09.

O senador mencionou ainda a insegurança jurídica vivida pelos agricultores antes da lei, quando o Ministério Público entendeu que a aquisição dessas terras deveria ser feita por licitação, beneficiando pessoas de alta renda e prejudicando os produtores que nelas viviam.



Senador diz que falta de titulação impedia acesso a recursos de fundo

Endividamento requer saída estrutural, aponta debate

Encontro, que contou com a participação de representantes de entidades de produtores e do governo, foi o primeiro de uma série sugerida por Acir Gurgacz

O ENDIVIDAMENTO RURAL abriu, na sexta-feira, o ciclo “Agricultura em debate”, promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O tema foi sugerido pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente do colegiado.

Segundo o senador, o governo e o sistema financeiro precisam adotar medidas mais eficazes na renegociação da dívida do setor rural. Ele disse que a Medida Provisória 432, convertida na Lei 11.775/08, simplesmente fez mais uma rolagem das dívidas agrícolas.

– O que tivemos até agora são paliativos que não tocaram na essência da questão, que é o critério de cálculos de atualização do saldo devedor. A renegociação da dívida precisa ser revista de uma forma que o agricultor tenha reais condições de pagar – afirmou.

A superintendente técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Rosemeire Cristina dos Santos, disse que é difícil estabelecer

a capacidade de pagamento do produtor, qual o tamanho da dívida e o que fazer, pois a operação de financiamento é registrada quando é feita e não quando o produtor faz o pagamento. Ela observou que, apesar disso, o projeto Campo Futuro, que monitora custo de produção e preço em 158 municípios, aponta que a rentabilidade da atividade agropecuária melhorou, com exceção do arroz e trigo, mas pode ser uma melhora transitória.

– Nós estamos no segundo pagamento de uma renegociação que foi feita em 2008 pela Lei 11.175. Temos algumas regiões, como Mato Grosso, com mais seis parcelas pela frente, e endividamento crônico em outras regiões, como o Nordeste, que é um quadro crítico hoje. Em alguns casos, nem mesmo uma renegociação de dívidas traria benefícios àquele população – afirmou.

Por sua vez, o gerente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Evandro

Ninaut, disse que “a realidade é que muitos planos foram feitos para tentar corrigir a situação do endividamento rural, mas nenhum para resolver estruturalmente”.

Parcerias

O superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste, José Andrade Costa, lembrando que a instituição atua numa área que abrange 1.990 municípios, salientou que não adianta apenas conceder crédito sem um trabalho de apoio ao pequeno produtor rural, o que levou o banco a estabelecer uma série de parcerias com outros órgãos públicos e privados.

Representando o Banco da Amazônia, José Alves Bezerra disse que a instituição vem atuando fortemente na área de infraestrutura. Na área de fomento, especialmente o setor rural, Bezerra disse que o banco é responsável por 83% de todo o crédito de investimento aplicado na região.

Pronaf tem a menor inadimplência, diz diretor

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário, João Guadagnin, afirmou que a inadimplência no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a mais baixa de todos os sistemas de crédito existentes hoje no Brasil. São cerca de 3,3 milhões de contratos, com inadimplência inferior a 4%.

– A agricultura familiar toma crédito e paga o crédito. São bons pagadores – afirmou, ressaltando que o “calcanhar de Aquiles” ainda é a falta de assistência técnica.

Para o diretor de Agrone-

gócio do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, renegociar dívidas não é a melhor solução, pois, a cada vez, a margem de lucro fica menor.

– Por isso, é essencial que os produtores médios e grandes usem mecanismos similares aos da agricultura familiar.

Secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt disse que não interessa ao governo prorrogar dívidas, mas liquidar e limpar a carteira.

– Preferimos dar descontos para não incentivar a inadimplência – afirmou, ao defender a criação de um cadastro dos produtores para facilitar

o planejamento de seguro, crédito e renegociação.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) elogiou o fato de o Pronaf manter uma carteira autossustentada e disse que o modelo pode ser adotado pela agricultura empresarial. Ele salientou que a sua preocupação são os médios produtores, que não estão no Pronaf nem no grupo dos grandes.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) manifestou sua preocupação quanto à falta de crédito aos pequenos.

– Não basta só financiar, tem que botar para funcionar porque eles não têm capital de giro – assinalou.

Cidadão participa do debate em tempo real

O Senado realizou na sexta-feira uma experiência nova de participação popular no processo legislativo, durante a abertura do ciclo de debates da CRA, cujo primeiro tema foi endividamento rural. Ao mesmo tempo em que os senadores ouviam os convidados para o debate, os cidadãos participavam enviando comentários e sugestões pelo telefone e pela internet (pela página do Alô Senado e pelo Twitter).

O Alô Senado recebeu pouco mais de cem mensagens com perguntas e comentários a respeito do tema. Muitas perguntas foram respondidas ao longo do evento durante a transmissão da TV Senado.

A participação do público se dividiu entre: 30% via Twitter (@alosenado) e 70% por telefone e internet (0800 612211 e www.senado.gov.br/alosenado).

– De qualquer forma, para o Alô Senado a experiência foi um sucesso. Nosso Twitter demonstrou ser uma ferramenta ágil e competente para dialogar com o cidadão – disse a diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, Ana Lucia Novelli.

O presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), observa que a iniciativa é um projeto piloto que, se bem aceito, poderá ser adotada por outras comissões.

– O estreitamento dos laços entre Parlamento e cidadãos é fundamental para sanar dúvidas, conduzir o debate e aprovar soluções para o país – afirmou.

Sobre a escolha do debate sobre endividamento rural para iniciar a participação dos cidadãos em tempo real, Gurgacz disse que o tema é “fundamental para o desenvolvimento do país, além de abrir um canal de negociação com a área econômica do governo federal”.

Intimidações e agressões fazem parte da rotina de muitas das crianças brasileiras dentro do ambiente escolar. Rapaz responsável pelo massacre de Realengo, no Rio, na quinta-feira passada, pode ter sido uma das vítimas dessa prática

Senado analisa projetos que combatem o *bullying* e a violência nas escolas

TRÊS PROJETOS EM tramitação no Senado tratam da prática conhecida como *bullying*, a ocorrência de intimidações e agressões no ambiente escolar, da qual pode ter sido vítima o autor do ataque que matou 12 estudantes de uma escola pública no bairro de Realengo, Rio de Janeiro, na quinta-feira.

O mais recente deles, do senador Gim Argello (PTB-DF), é o PLS 228/10, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de um ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate a intimidações e agressões.

O relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) – onde será examinado em decisão terminativa – é o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O projeto define o *bullying* como um conjunto de ações recorrentes de intimidações e agressões, perpetradas sem motivação aparente contra uma mesma vítima. Para Gim Argello, caracteriza-se como *bullying* “extenso leque de comportamentos

violentos observados sistematicamente nas escolas – e também em outros ambientes sociais, como prisões, quartéis e até mesmo no trabalho”.

Incluem-se no *bullying* insultos, intimidações, apelidos pejorativos, humilhações, ameaçamentos, quebra de pertences, isolamento e assédio moral, além de violência física.

O *bullying*, como nota Gim Argello, causa enorme sofrimento às vítimas. Isso é mais grave, acrescenta, quando se trata de *bullying* nas escolas, por afetar jovens “cuja personalidade e sociabilidade estão em desenvolvimento”. Ele ressalta que a vulnerabilidade das vítimas costuma ser acentuada pelo fato de elas apresentarem alguma característica que as tornam diferentes



Gim Argello quer que escolas se preparem para reprimir *bullying*

da maioria dos alunos – justamente o que as faz alvos preferenciais dos praticantes de *bullying*.

Embora os estudos sobre o problema sejam recentes, o senador cita pontos consensuais sobre as melhores formas de prevenir e combater essa prática nas escolas: a conscientização da comunidade escolar, o desenvolvimento de estratégias adaptadas a cada estabelecimento de ensino e o protagonismo dos próprios alunos nesse processo.

Acompanhamento

O aumento no número de casos de violência escolar e a impotência das autoridades para lidar com o problema levou a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a apresentar um projeto de lei (PLS 251/09) que autoriza o governo federal a

implantar o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Save).

O projeto já foi aprovado na CE e aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa. O relator é o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

De acordo com a proposta, o Save deve ser implantado pelo governo federal, mas funcionará articulado com os governos estaduais e municipais. Um número de telefone gratuito receberá denúncias de violência escolar. O Save também seria operado por meio de uma rede de informática que viabilizaria a integração e o tratamento das informações recebidas por telefone, fixo ou celular, correio eletrônico, sites na internet e outros meios.

Marisa Serrano disse que, nos Estados Unidos, uma das primeiras medidas de combate à violência nas instituições de ensino foi tomada em 1984, com a criação do Centro Nacional de Segurança nas Escolas (NSSC, em inglês), que tem entre suas atribuições delinear o perfil de potenciais candidatos a cometer atos de violência.



Geovani: “Na maioria das vezes, a agressão é praticada em casa”

Violência contra idoso preocupa Geovani Borges

Ao manifestar preocupação com a violência praticada contra idosos no Brasil, o senador Geovani Borges (PMDB-AP) fez um apelo para que o Senado discuta mais a questão. Ele citou pesquisa realizada pelo professor universitário Vicente Faleiros indicando crescimento desse tipo de crime no país. Os dados apontam que, na maioria das vezes, as agressões são praticadas por parentes da vítima.

– Eles são vitimados justamente por aqueles que mais deveriam lhes proteger – assinalou o parlamentar.

Geovani Borges destacou pesquisa realizada pelo IBGE que registra cerca de 120 mil agressões contra idosos por ano. Segundo ele, o número pode ser maior, já que parte das agressões não é denunciada.

– A família silencia e o idoso tem vergonha de denunciar com medo de perder o ténue afeto que tem com o filho, além do medo de represálias – disse.

CDH debate na terça-feira a Lei Maria da Penha

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará amanhã audiência pública para debater a Lei Maria da Penha e possíveis alterações em função de interpretações díspares sobre a sua aplicação.

Foram convidados o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso; a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes; a ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; e a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

Antes, às 10 h, a CDH elegerá o presidente e o vice-presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, para o biênio 2011/2012. Foi indicada para assumir a presidência a senadora Ângela Portela (PT-RR).



O assassino Wellington de Oliveira Menezes, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio: ele pode ter sido alvo de deboche pelos colegas

Cristovam sugere criação de agência federal de segurança escolar

Outro projeto sobre o tema é o PLS 191/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que autoriza o Executivo a criar a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar, com a finalidade de garantir a segurança nas proximidades das escolas. O órgão seria vinculado ao Ministério da Educação e apoiaria o intercâmbio de experiências no combate à violência nas cercanias das instituições de

ensino. Também fiscalizaria e coordenaria o trabalho de segurança das polícias estaduais e do Distrito Federal, secretarias de Educação, professores, alunos e servidores.

Cristovam lembra que hoje parte das crianças deixa de frequentar as aulas e alguns professores acabam abandonando o magistério por medo da violência entre a casa e a escola, e até nas salas de aula.

“Escolas são os prédios que mais sofrem atos de vandalismo em todo o serviço público brasileiro. Esse tratamento diferenciado decorre do descaso com a educação. A população se cala diante da depredação e do vandalismo da mesma forma que aceita a continuidade de longas e intermináveis greves porque não vê valor na escola”, afirma o senador. Para “fazer a revolução pela educação, a violência na

rua e na sala de aula precisa ser vencida”, argumenta.

Para isso, Cristovam acredita que a questão deve ser federalizada, o que propõe por meio da criação da agência que deverá cuidar da segurança de alunos e professores e impor respeito aos edifícios e equipamentos escolares. O projeto já foi aprovado na CE e terá decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Presidente do Senado acredita que a tragédia ocorrida no Rio de Janeiro mostrou à população a necessidade de impedir o acesso às armas

Sarney quer revisão da Lei do Desarmamento



Para José Sarney, Congresso deve lutar pela proibição da venda de armas

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, defendeu a revisão da Lei 10.826/03 – o Estatuto do Desarmamento – e a elaboração de lei mais rigorosa.

– Acho que o Congresso deve examinar a lei do desarmamento, uma vez mais, e lutar pela proibição da venda de armas no Brasil. Quero dizer: tolerância zero em relação a armas – afirmou.

O Estatuto do Desarmamento estabelece regras para a aquisição e o porte de armas. O projeto original também previa a proibição do comércio de armas de fogo e munições no país, desde que a medida fosse aprovada pela população por meio de referendo. A consulta popular foi realizada em 2005 e a maioria votou contra a proibição.

Na ocasião, os eleitores foram convocados a responder à seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. O “não” obteve 63,94% dos votos válidos e o “sim”, 36,06%.

Caso a proibição tivesse sido aprovada por maioria simples do eleitorado, ela restringiria a aquisição de armas e de munição às Forças Armadas, polícias estaduais e Federal, guardas municipais, penitenciárias, guardas portuárias, empresas particulares de segurança e transporte de valores e entidades desportivas de tiro legalmente constituídas.

Para Sarney, no entanto, a tragédia ocorrida no Rio de Janeiro na semana passada mostra que a liberação do comércio



Movimento ecumênico ocupa o Congresso, em 2005, em defesa do desarmamento

de armas deve ser revista, uma vez que “a realidade hoje é inteiramente diferente” de quando foi elaborada a lei e

realizado o referendo.

– Não é que desapareçam os fanáticos, os desequilibrados de qualquer espécie, mas, na

realidade, nós temos a obrigação de tirar os instrumentos que eles podem utilizar nessas circunstâncias – argumentou.

Cristovam propõe acompanhamento escolar em cartão

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou as autoridades para a responsabilidade quanto ao massacre ocorrido em escola do Rio de Janeiro. Para o senador, o episódio poderia ter sido evitado se houvesse no país o cartão de acompanhamento escolar.

– Esse louco, se tivesse sido acompanhado desde pequeno, poderia ter sido identificado como em risco de cometer esse tipo de crime – afirmou.

O desencanto e a apatia demonstrados por professores e estudantes em relação ao ensino também explicariam, segundo salientou, a escolha de escolas como local de crimes. Para ilustrar essa desmotivação, Cristovam informou que



Cristovam chama a atenção para responsabilidade quanto à tragédia

uma média de 60 crianças por minuto deixa a escola ao longo dos 200 dias de ano letivo.

Questionado por Gim Argello (PTB-DF) sobre a estimativa de investimentos governamentais na educação básica, Cristovam informou que quase 90% são financiados por estados e municípios, situação na qual não vê futuro pelo fato de a maioria deles serem “pobres e desiguais”.

Contra crimes, senador defende fortalecimento do ensino

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse em Plenário que o alvo do atirador que matou 12 crianças no Rio de Janeiro foi uma escola porque hoje em dia a instituição inspira desamor e descrédito.

Para o senador, a filosofia que deve orientar o combate a crimes desse tipo, além de outros considerados pequenos que acontecem todos os dias nas escolas, deve passar pela educação e a valorização da escola, e não apenas pelo aumento do policiamento.

Cristovam defendeu ainda a adoção de cinco diretrizes para melhorar a educação brasileira: a criação da Agência Nacional de Segurança Escolar; da Secretaria Presidencial para Proteção da Criança e dos Adolescentes; de um Ministério da Educação de Base, que cuidaria do ensino até os 18 anos, transferindo-se a universidade para o Ministério da Ciência e Tecnologia; a criação de uma carreira nacional para o magistério; e o Programa Federal de Qualidade Escolar.

Erotização precoce pode ser uma das causas, adverte Crivella

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) alertou, na sexta-feira, que a erotização precoce das crianças pode ser uma das causas de crimes como o que aconteceu no Rio de Janeiro. Em sua opinião, a imagem pejorativa que a televisão divulga da mulher pode gerar repugnância nos homens e causar transtornos emocionais que os levam a cometer crimes contra elas. Dez das doze vítimas da Escola Municipal Tasso da Silveira eram meninas.

Crivella contou ter ouvido do “maníaco do parque” – homem que estuprou e matou pelos

menos seis mulheres em 1998, em São Paulo – que seu repúdio às mulheres teria surgido por presenciar cenas de sexo no parque. O senador ressaltou que o atirador de Realengo passava muitas horas assistindo a pornografia na internet, o que pode estar relacionado com a explosão de violência.

– Como reage um menino que tem acesso a imagens de mulheres nuas tendo relações com outras mulheres e animais, um menino que, em sua índole e intuição primária, vê nas mulheres o reflexo da própria mãe? Quando esses meninos são



Crivella: imagens que degradam as mulheres estimulam a demência

expostos a imagens repugnantes, começam a ter alucinações e demência. Esse louco saiu para assassinar meninas que, na sua loucura, no futuro, seriam a impureza, a devassidão e tudo o que ele reputava como objeto de ódio – argumentou.

Para Gurgacz, é preciso refletir sobre educação

O massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira “acende uma luz vermelha” no país, avaliou o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), para quem toda a sociedade e, em especial, o Poder Legislativo devem refletir sobre a educação das crianças, tanto nas escolas como nas famílias.

– Em que nós, seres humanos, pais de família, estamos errando? As nossas ações de hoje vão dar resultado daqui a cinco anos, daqui a dez anos, daqui a vinte anos. Precisamos identificar onde devemos mudar, onde estamos errados. É triste falar sobre esse assunto, mas precisamos falar – lamentou o senador.

Gurgacz também disse que o país precisa buscar uma educação de melhor qualidade.

– Entendo que o que aconteceu é um sinal para todos nós,



Senador diz que todos precisam identificar onde estão errando

brasileiros, de que precisamos voltar nosso pensamento para a educação das nossas crianças por meio da família, por meio de ações sociais no âmbito municipal, estadual e federal e, principalmente, entre a sociedade brasileira.

Ele lembrou a tradição do PDT de compromisso com a

educação e citou as palavras de Anísio Teixeira: “Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é assim: vida no sentido mais autêntico da palavra”.

– Sentimos e desejamos que a educação em nosso país esteja voltada para a vida da criança, levando-a a ter direito à escola de qualidade, a uma escola que lhe ofereça ambiente agradável, confortável, capaz de despertar na criança o desejo de retornar às aulas todos os dias – argumentou Acir Gurgacz.

O senador também destacou a necessidade de o país ser capaz de formar professores capacitados, “aptos e desejosos de aplicar metodologias modernas, que levem às crianças a preparação necessária para enfrentar os desafios que a vida apresenta, que formem integralmente a criança”.

Já aprovada pela Câmara, proposta que triplica o valor pago ao país vizinho pelo excedente da energia de Itaipu ainda será votada pelo Senado

Gleisi apoia reajuste da energia paga ao Paraguai

A SENADORA GLEISI Hoffmann (PT-PR) classificou como histórica a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do acordo entre o Brasil e o Paraguai para triplicar o valor pago ao país vizinho pelo excedente de energia da usina hidrelétrica de Itaipu. A proposta será submetida agora à deliberação do Senado Federal.

Conforme a Agência Câmara, o aumento no repasse havia sido definido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo presidente paraguaio Fernando Lugo em 2009. O Congresso do Paraguai já aprovou a mudança.

Para Gleisi Hoffmann, a alegação de que o Paraguai deve muito ao Brasil, que investiu mais na construção da usina, não tem razão de ser, já que o que ocorreu foi uma operação de crédito. Gleisi Hoffmann afirmou não ser justo que o valor deixe de ser corrigido, já que, pelo acordo, o Paraguai é obrigado a vender o excedente de energia ao Brasil até 2023.

– O Paraguai poderia muito bem vender essa energia a outro país, mas, por força do tratado, é obrigado a nos vender. Eu penso que é justo, com o passar do tempo e dos anos, que nós façamos o ajuste de contas porque o Tratado de Itaipu, no quesito financeiro, não é reajustado



Operário faz manutenção na hidrelétrica de Itaipu: usina de propriedade do Brasil e do Paraguai foi construída entre 1975 a 1982

pela realidade econômica do Brasil ou do Paraguai, mas sim por dois índices que medem a inflação americana – justificou.

Ainda segundo Gleisi Hoffmann, o tratado coloca o Brasil em situação confortável e cria uma relação de respeitabilidade com o país vizinho.

Em aparte, Cristovam Buarque

disse que acordo só é bom se agradar aos dois lados interessados. Para ele, as imposições não terminam bem porque o lado sacrificado acaba reagindo e gerando um custo ainda maior.

– É muito mais barato a gente fazer as concessões que está fazendo e manter uma boa relação com o Paraguai do que ter

que manter tropas ao longo da fronteira, por causa de um incômodo da população paraguaia. Ou, ainda mais grave, ter que ocupar Itaipu com forças militares brasileiras, deslocando o Paraguai e criando um clima de guerra que a gente sabe como começa, mas não como termina – afirmou o senador.



Itaipu Binacional

Lio de Paula/Senado Federal

Claudino pede investimentos na produção de energia limpa

O Brasil causa inveja a muitos países devido a seu potencial energético, na opinião de João Vicente Claudino (PTB-PI), mas deve investir na produção de energia limpa.

O senador citou artigo sobre a matriz energética brasileira, do físico José Goldemberg – ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP), presidente da Sociedade Brasileira de Física e ministro da Educação no governo Collor –, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no ano passado.

De acordo com o senador, o físico comenta o novo Plano Decenal de Energia do Brasil e diz que os planos anteriores resultaram “na produção de energia em termelétrica, distante do conceito de energia limpa”.

Goldemberg salientou no artigo que o novo plano procura corrigir desvios de planos anteriores, “contribuindo para a retomada de energia sustentável”,

com o uso de biomassas, usinas eólicas e hidrelétricas.

Para Claudino, no entanto, o novo plano decenal ainda deixa a desejar na questão do uso racional de energia.

– O Brasil precisa economizar energia para não comprometer seu crescimento econômico.

O senador criticou o uso da energia nuclear e lembrou os problemas enfrentados pelo Japão após os terremotos ocorridos em março e na semana passada, que atingiram reatores da usina nuclear de Fukushima Daiichi e provocaram vazamento de água radioativa no complexo de Onagawa. As usinas, sem energia, tiveram de recorrer a geradores a diesel.

– Em que ponto o investimento nessa modalidade é vantajosa para o Brasil? – questionou.

Claudino ainda disse que está prevista para o Piauí a criação de cinco hidrelétricas, que serão



Claudino destaca potencial energético do Brasil, mas defende uso racional

as maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado. De acordo com o senador, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, garantiu que pelo menos três dessas usinas serão iniciadas ainda neste ano.

O senador afirmou que espera “contar com o bom senso dos governantes” para que a energia não poluente seja prioritária.

– O Brasil é abençoado por Deus, com várias possibilidades de geração de energia – disse.

Wellington Dias comemora 100 mil ligações do Luz para Todos

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou as mais de 100 mil ligações de energia elétrica no Piauí pelo programa federal Luz para Todos. O Piauí foi escolhido pela então ministra de Minas e Energia, hoje presidente, Dilma Rousseff, para o lançamento do programa em 2004 por ter a pior rede de atendimento de energia elétrica do Brasil, lembrou.

O programa beneficiou mais de 13 milhões de pessoas no Brasil, cerca de 1 milhão no Piauí. Wellington mencionou o impacto do fornecimento de energia elétrica para a população, que passou a dispor de geladeira para a conservação de carne, frutas e verduras, por exemplo.

Até junho de 2012, o ex-governador piauiense afirmou que todos os municípios piauienses contarão com abastecimento de energia elétrica. Hoje, 95%

da população têm acesso ao serviço.

O Programa Luz para Todos, ainda de acordo com o senador, investiu mais de R\$ 2 bilhões no estado para a construção de linhas de transmissão e de novas subestações. Já a distribuição cresceu 83%, com a instalação de 21,5 mil quilômetros de redes.



Wellington Dias lembra que programa foi lançado em 2004 no Piauí

Moreira Matiz/Senado Federal

Moreira Matiz/Senado Federal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e

Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Mozarildo Cavalcanti • Geovani Borges • Marcelo Crivella • Pedro Taques • Anibal Diniz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Cassol: cem dias de governo em Rondônia sem resultado

Cassol critica governo de seu sucessor

O senador Ivo Cassol (PP-RO) apresentou na sexta-feira um balanço crítico dos cem primeiros dias do atual governo do seu estado. De acordo com Cassol, não existem realizações efetivas em qualquer área e já começa a faltar até merenda nas escolas, as estradas estão sem manutenção e os hospitais sem materiais e equipamentos.

Ivo Cassol também informou que há atraso no pagamento de fornecedores e prestadores de serviço. Segundo ele, a atual equipe não pode alegar falta de recursos para cumprir com suas obrigações. O parlamentar, que governou o estado na gestão passada, disse que deixou dinheiro em caixa.



Senador paraibano lembra que os mais pobres não têm como pagar advogados ou arcar com elevadas custas judiciais

Wilson Santiago pede fortalecimento da Defensoria Pública

Apenas 20% das varas federais contam com defensores públicos e ainda existem estados que não implantaram a instituição, criada em 1988

O SENADOR WILSON Santiago (PMDB-PB) pediu na sexta-feira o fortalecimento da Defensoria Pública da União e dos estados, a fim de assegurar à população pobre o acesso à Justiça. Ele saudou o esforço de interiorização da Justiça Federal, presente em 175 cidades de médio porte, mas lamentou o fato de que apenas 20% das varas federais contam com defensores públicos.

A ausência de defensores federais nessas cidades, conforme o senador, praticamente impede aos pobres o acesso a direitos negados pelo poder público, como reajuste de aposentadorias e pensões e

medicamentos essenciais não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Para dar um exemplo da importância da Defensoria Pública, Wilson Santiago disse que, em alguns estados, 90% das causas são patrocinadas pelo órgão. Mas, conforme destacou, há unidades federativas que ainda não implantaram a instituição, apesar do que determina a Constituição de 1988.

Quem perde com a ausência ou o desaparecimento da Defensoria Pública, disse o senador, são os mais pobres, que não têm como pagar advogados nem arcar com elevadas custas judiciais.



Blairo Maggi exalta o sentimento de união de todos os cuiabanos

Blairo celebra os 292 anos de Cuiabá

No dia em que Cuiabá completou 292 anos, sexta-feira, o senador Blairo Maggi (PR-MT) disse que a conquista maior a ser comemorada por seus habitantes é a unidade territorial mato-grossense. Ele lembrou o movimento separatista que pedia a criação do estado do Araguaia, a partir do norte de Mato Grosso, na década de 1980, já desarticulado. Hoje, afirmou, prevalece a união entre os nativos e os migrantes que começaram a chegar há pouco mais de 40 anos.

– O maior presente dos cuiabanos é poder comemorar a data em torno de um só estado e de uma só capital – comentou o senador.



Senador elogia mobilização de médicos contra planos de saúde

Amorim apoia mobilização médica

Eduardo Amorim (PSC-SE) manifestou seu apoio à mobilização dos médicos em protesto contra a política adotada pelos planos de saúde com relação a esses profissionais. Segundo afirmou, a classe enfrenta condições inadequadas de trabalho, tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada, em especial os planos de saúde.

– É inconcebível que um médico, que dedica anos de sua vida para se formar e salvar outras vidas, continue a ganhar de R\$ 20 a R\$ 40 por uma consulta, e pouco mais de R\$ 100 por um procedimento cirúrgico, enquanto os planos de saúde faturam milhões com a atividade de saúde suplementar.

Gleisi faz apelo por agências do INSS

A demora na abertura de novas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Paraná só acontece porque o Senado ainda não aprovou um projeto de lei que cria cargos em comissão e funções de confiança no órgão, explicou na sexta-feira a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela pediu que o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) retire uma emenda à proposta que, segundo ela, não altera substancialmente o projeto, mas atrasa sua tramitação.

Gleisi também disse que estão incorretas as informações do jornal *Gazeta do Povo*, que atribuiu a demora aos cortes no Orçamento anunciados pelo governo federal e à falta de funcionários (no caso das unidades que já estão construídas).

– O problema é que funcionários sem a função de gerência não podem abrir agências do INSS – explicou.

O projeto (PLS 178/10) chegou ao Congresso em agosto de 2009, já foi aprovado na Câmara e tramita no Senado desde novembro passado. Segundo Gleisi, dois requerimentos atrasaram o processo, sendo que um deles fez com que a matéria fosse enviada ao Plenário, quando o texto aguardava decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois desses procedimentos, Alvaro Dias apresentou uma emenda para que o projeto, já em Plenário, retornasse à CCJ.

Ela avaliou que faz parte do jogo democrático a oposição tentar bloquear ou atrasar a votação de matérias de interesse do governo, mas, nesse caso, há um prejuízo evidente para a população.

– Por isso, faço um apelo a Alvaro Dias, meu colega, líder do PSDB e do estado do Paraná, para que ele retire a emenda.

Chegou o aplicativo do Senado Federal para iPhone



Uma ferramenta prática para você se informar sobre as notícias diárias do Senado, conhecer mais sobre os senadores e conferir a agenda de atividades da Casa. Baixe o aplicativo gratuitamente e acompanhe o trabalho dos parlamentares pelo seu iPhone. Senado Federal, ainda mais presente no seu dia a dia.



Baixe o aplicativo Senado Federal na App Store ou use o QR Code ao lado.



Jucá: programa deve atender a todas as comunidades indígenas

Indígenas recebem computadores em RR

Estudantes indígenas da Boca da Mata, em Pacaraima (RR), receberam na sexta-feira 277 computadores do programa Um Computador por Aluno, do governo federal. O anúncio foi feito pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Trata-se da primeira comunidade indígena a receber esses equipamentos por meio da Fundação Universidade Virtual de Roraima (Univirr), de acordo com o parlamentar.

Jucá afirmou que esse programa – que hoje atende os estudantes das áreas urbanas – precisa chegar a todas as comunidades indígenas. Ele anunciou que vai trabalhar para universalizar o atendimento e ampliar a distribuição dos computadores.

O senador registrou também encontro que teve, na semana passada, com o ministro da Educação, Fernando Haddad, que lhe informou que Roraima terá uma escola vinculada ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), a ser lançado no fim deste mês pela presidente Dilma Rousseff. Segundo o parlamentar, serão instaladas mais de 160 novas escolas técnicas no Brasil.

Jucá afirmou também que o ministro colocou à disposição do governo de Roraima técnicos experientes para dar suporte ao Programa de Recuperação da Educação do Estado.



Senador diz que proposta que virá da Câmara exige aperfeiçoamentos

Aníbal defende melhorias no Código Florestal

A reformulação do Código Florestal exige uma discussão aprofundada, para que haja compatibilização da necessidade de desenvolvimento com o aumento da produção agrícola e a sustentabilidade. A opinião é do senador Aníbal Diniz (PT-AC), para quem o debate não deve ser feito às pressas, já que a legislação não diz respeito apenas às gerações atuais, mas principalmente às futuras.

Para o senador, caberá ao Senado fazer com que o código dê a resposta adequada às necessidades estratégicas do país.

– A proposta de Aldo Rebelo, que tende a ser aprovada nos próximos 60 dias na Câmara, que na maioria dos aspectos é ultra-aplaudada pela bancada e pelas organizações ruralistas, terá que ser melhorada, e muito, em sua passagem pelo Senado para atender às exigências da sustentabilidade – disse.

Para senador, por trás da preocupação do organismo com questões indígenas no país se escondem interesses de grandes nações sobre a Amazônia brasileira e suas riquezas

Mozarildo elogia reação do Brasil a exigência da OEA

O GOVERNO BRASILEIRO merece total solidariedade pela “reação ativa” ao pedido da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), para que seja suspenso o licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). A afirmação foi feita na sexta-feira pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao protestar contra o que classificou de intromissão indevida daquele órgão em assuntos internos do país.

Ao cobrar a suspensão do processo de licenciamento, o órgão da OEA deu prazo de 15 dias para o governo brasileiro adotar uma série de medidas em defesa da proteção dos povos indígenas da bacia do Xingu. De acordo com o órgão, as comunidades indígenas que serão afetadas por Belo Monte não estão tendo seus direitos respeitados. Por meio do Ministério das Relações Exteriores, o governo considerou as recomendações “precipitadas e injustificáveis”.

– A nota do governo foi até muito elegante. A OEA deveria cuidar de países onde direitos humanos elementares não estão



Mozarildo protesta contra intromissão indevida em assuntos internos do país

sendo respeitados – criticou o senador.

Cobiça

Além de pedir a inclusão da nota do Itamaraty nos anais da Casa, o senador mencionou a manifestação de apoio ao governo aprovada na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Segundo Mozarildo, por trás da preocupação da CIDH com questões ambientais no país e com os direitos indígenas se escondem históricos interesses de grandes países sobre a Amazônia brasileira e suas riquezas.

– Basta ver a história deles para ver que eles não cuidaram de

seus nativos, quase dizimados, e de suas florestas que, ao contrário, eles devastaram – afirmou.

Mozarildo disse que, no passado, os interesses internacionais se manifestavam de forma explícita em iniciativas para entrar na Amazônia. Hoje, porém, assinalou, os interesses externos agem de forma mais “sofisticada”. Parte disso, explicou o senador, seria o envolvimento de personalidades internacionais em causas relativas ao ambiente e aos povos indígenas. Ele citou desde as campanhas do cantor Sting, nos anos 1980, à recente presença na região do diretor de cinema canadense James Cameron.

Angra 1 e 2: padrão de segurança rigoroso, mas falta rota de fuga

Parlamentares avaliaram como positivas as condições de funcionamento e segurança das usinas nucleares de Angra 1 e 2 e das obras da usina de Angra 3 (previstas para conclusão em 2015). Seis senadores visitaram na sexta-feira as instalações do complexo nuclear em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Eles conversaram com diretores e engenheiros e se disseram impressionados com o nível de segurança das instalações, sob os

cuidados da Eletronuclear. Mas persistiram as preocupações que motivaram a visita.

– Os padrões de segurança da usina são muito rigorosos. Mas do portão para fora a preocupação é grande. Temos um problema concreto. Se houver um acidente [nuclear] e a BR-101 tiver que ser interditada, não existe um plano alternativo. E qualquer chuva já interdita a BR-101. É necessário ter um plano. Acho que não estamos

preparados – afirmou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), referindo-se à rodovia Rio-Santos, que margeia a usina, entre a serra e o mar, e seria a única rota de fuga para a população.

Ele disse que a comissão vai preparar um relatório com sugestões e exigindo soluções por parte do governo federal.

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) reforçou as palavras de Lindbergh Farias.

– O problema está da porta

para fora. O PAC 2 deveria viabilizar um novo traçado para que não haja problema algum de escoamento das pessoas. Pois em caso de acidente, além das intempéries e de uma eventual crise nuclear, não haveria condições de escoamento.

Os senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Jorge Viana (PT-AC) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também integraram a comitiva.

Senado deve trocar frota envelhecida por automóveis novos e alugados

Estudos preliminares realizados pela Primeira-Secretaria apontam para a substituição dos veículos que servem aos senadores por uma nova frota alugada. De acordo com o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), a estimativa é que a medida represente uma economia anual de R\$ 6 milhões para os cofres públicos.

– Temos um custo, no [atual] modelo de aquisição, com oficina montada, contratação de mão de obra, peças e manutenção como um todo. Na opção da locação de veículos e serviços, há indício de economia anual de seis milhões. Estamos apenas confirmando [os dados] para apresentar à Mesa diretora, que tomará a decisão de economia – afirmou o senador, em entrevista à Agência Senado na sexta-feira.

Cícero Lucena disse que a frota do Senado é antiga – em sua maioria formada por veículos com mais de oito anos e cerca de 200 mil quilômetros rodados.

– Qualquer um sabe que isso é anti-econômico, aumenta muito a manutenção e nós, que tratamos com dinheiro público, temos a responsabilidade de fazer as análises e verificar a melhor alternativa – informou.

O senador disse ainda que a locação – se esta for a alternativa adotada – será feita por meio de pregão eletrônico, “o que poderá aumentar a economia de recursos”.



1º secretário, Cícero Lucena diz que estudos indicam economia anual de R\$ 6 milhões

Nota sobre pagamentos do SIS

A Secretaria de Comunicação Social (Secs) divulgou na sexta-feira nota da Diretoria-Geral sobre acertos contábeis e financeiros que vêm sendo realizados pelo Serviço Integrado de Saúde do Senado (SIS).

“Desde a última segunda-feira (4/4/2011) o Senado vem publicando termos de reconhecimento e assunção de dívida com entidades credenciadas para atendimento a senadores, servidores e dependentes no âmbito do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal – SIS, decorrentes de serviços prestados sem cobertura contratual, abrangendo 17.717 usuários. Em junho de 2010, alterando substancialmente o procedimento até então adotado, o Conselho de Supervisão do SIS determinou que os credenciamentos ou recredenciamentos de entidades só seriam realizados por Edital único, anual, ainda que se submetessem ao regime da inexigibilidade de licitação, conforme pacífica jurisprudência do TCU.

Nesse novo modelo, não se atendeu por dar tratamento prioritário aos processos de recredenciamento das entidades cujos contratos se encontravam próximos do limite de vigência. Um processo que durava aproximadamente 20 dias passou a demandar até seis meses para ser concluído. Conseqüentemente, entidades que prestavam serviços essenciais de saúde ficaram sem cobertura contratual. Como o atendimento contínuo para tratamentos médico-hospitalares não poderia ser interrompido, houve a prorrogação tácita de 18 dos contratos então vigentes.

Assim que tomou conhecimento da situação, esta diretoria determinou a suspensão do atendimento sempre que houver o vencimento do prazo de vigência dos contratos. A partir de janeiro, a maioria dessas entidades teve seus recredenciamentos renovados, regularizando assim a situação. Mas subsistia a necessidade de quitação das faturas que não tinham cobertura contratual, o que se dá agora, com esses termos de reconhecimento de dívida, liquidação e pagamento, que seguiram os padrões e tabelas de custos previstos nos contratos então vigentes e foram objeto de perícia médica, contábil e financeira. Esse caminho é o único procedimento legalmente previsto para o pagamento dos referidos serviços.”